

O SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: ORIGEM E IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ

THE BRAZILIAN MILITARY COLLEGE SYSTEM: ORIGIN AND IMPORTANCE FOR CITIZEN TRAINING

SILVA, Genivaldo Francisco Barbosa¹
ARAÚJO, Edna Rodrigues²

RESUMO

O presente artigo tem como temática o Sistema Colégio Militar do Brasil, considerando sua origem e importância para a formação cidadã, tendo como objetivo principal compreender a origem desse sistema de ensino no Brasil. Assim, buscou-se no estudo uma análise histórica sobre a constituição dos colégios militares, além de efetivar a investigação acerca de sua importância, principalmente quando se trata da formação de pessoas com espírito cidadão. De cunho bibliográfico, o estudo buscou em referenciais teóricos o suporte para o alcance dos objetivos pretendidos. Em primeiras análises concluiu-se que o sistema colégio militar adveio ao Brasil como forma de atender, inicialmente, à necessidade de formação do contingente militar já no período imperial, sendo fortalecido ao longo dos anos até sua maior ampliação como se observa na contemporaneidade. Do mesmo modo, foi constatado que o modelo de ensino creditado aos Colégios Militares tem colaborado de forma efetiva para a construção do caráter de seus alunos, tornando-se uma alternativa legítima aos problemas que tomam conta do país, sobretudo aos relacionados à pobreza e má distribuição da renda. A temática abordada foi de suma importância, uma vez que trouxe uma perspectiva de compreensão dos papéis que as Forças Armadas devem exercer não somente na repressão aos crimes, mas na formação de pessoas de bem.

Palavras-chave: Sistema Militar de Ensino. Educação. História. Contribuições.

ABSTRACT

This article deals with the Military College System of Brazil, considering its origin and importance for citizen training, with the main objective of understanding the origin of this system of education in Brazil. Thus, the study sought a historical analysis on the constitution of military colleges, in addition to making research about its importance, especially when it comes to the formation of people with a citizen spirit. From a bibliographical point of view, the study sought in theoretical references the support for the achievement of the intended objectives. In the first analysis it was concluded that the military college system came to Brazil as a way of initially attending to the need to train the military contingent already in the imperial period, being strengthened over the years until its greater enlargement as it is observed in contemporaneity. Likewise, it found that the teaching model credited to the Military Colleges has effectively collaborated in the construction of the character of its students, becoming a legitimate alternative to the problems that take over the country, especially those related to poverty and ill distribution of income. The subject was extremely important, since it provided

¹Aluno do Curso da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, Jataí – Go, junho de 2018.

²Professora Orientadora. do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, Mestra em Letras, e-mail: ednarodriguesaraujo@gmail.com, Goiânia, junho de 2018.

a perspective of understanding the roles that the Armed Forces should exercise not only in repression of crimes, but in the formation of good people.

Keywords: Military Education System. Education. History. Contributions

1 INTRODUÇÃO

Os Colégios Militares do Brasil têm se apresentado como uma alternativa viável para a implantação de um sistema de ensino que seja pautado em ideais sólidos como a formação cidadã e o preparo para o exercício da cidadania. Desse modo, a temática do estudo que aqui é delineado se volta para a origem e importância do Sistema Colégio Militar do Brasil, sobretudo quando se trata da formação cidadã.

Para a melhor compreensão de como o objeto da pesquisa se constituiu, ressalta-se que o estudo partiu do seguinte problema de pesquisa: como os Colégios Militares surgiram no Brasil e de que forma estes contribuem para a formação cidadã?

Nessa perspectiva, o objetivo geral assim se delineou: Compreender a gênese do sistema de ensino Colégio Militar no Brasil, partindo de sua construção histórica em uma linha do tempo. Os objetivos específicos são: apontar o modelo de ensino adotado no Brasil e seus mantenedores; analisar o contexto histórico da origem do Sistema de Colégios Militares no Brasil; investigar a importância dos Colégios Militares na formação para a cidadania.

De cunho bibliográfico, a pesquisa se apoiou em autores que versam sobre a temática e, por sua vez, sustentam a pretensão de estudo acerca da expansão, materialização e solidificação dos Colégios Militares do Brasil. Dentre tais autores, citam-se Luchetti, Motta, Mendes.

Os dados iniciais denotam que os primeiros passos para a criação de um sistema de ensino pautado nas prerrogativas militares tiveram início ainda no Brasil Colônia, mas se fortaleceram a partir da vinda da Família Real, já no período imperial. No entanto, o sistema só ganhou força no final do século XIX quando foram criados os primeiros colégios com sistema de entrada bem definido aliados a cursos preparatórios mantidos pelo Governo Federal, Estados e Municípios.

A pesquisa pode ser entendida como processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Delimitando como objetivo central a descoberta de possíveis respostas para problemas mediante a utilização de procedimentos científicos, Gil (2012).

Quanto à forma de tratamento da pesquisa científica, o trabalho foi realizado de forma qualitativa sendo que os objetivos foram descritivos, uma vez que registraram e analisaram características, fatores ou variáveis analisadas.

A pesquisa descritiva consiste na investigação e delineamento dos fatos, também avalia projetos e isola variáveis desnecessárias. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 186) “consiste na investigação de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave”.

Com intuito de se obter um vasto conhecimento perante o estudado, foi utilizado a forma de estudo de caso, que segundo Gil (1989, p. 79) “estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo, de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado do mesmo.” Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, fundamentando todo o meio técnico utilizado na mesma.

A pesquisa bibliográfica não deve ser uma mera repetição do que está escrito sobre determinado assunto, mais possibilitar um exame de determinado tema para que seja utilizado sob uma nova ótica, possibilitando assim a proximidade do pesquisador com a questão a ser abordada, no intuito de que saia conclusões inovadoras. (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível a explicação do problema fundamentando-se nos referenciais teóricos. Livros e artigos científicos foram de suma importância para que, juntamente com o estudo teórico, as hipóteses pudessem ser confirmadas ou refutadas. De acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p.26) a pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Compreende-se que na pesquisa bibliográfica, o universo seja restringido conforme segue abaixo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E NORMATIVOS DO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO BRASILEIRO

Os atuais princípios normativos que regem a educação no Brasil têm suas bases na Lei Maior, de 1988 e se dispõem de forma mais específica na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDBN, 9394\96). A referida lei divide o sistema educacional brasileiro, classificando-o de acordo com a administração, sendo estes o federal, estadual e municipal. Nesse sentido, são normatizados os sistemas de ensino, bem como seus gestores a partir da esfera regulamentadora a qual pertençam, sejam estas o Município, o Estado ou o Governo Federal.

De acordo com Libâneo (2012), ao se falar sobre os sistemas de ensino brasileiros, interpõe-se o seguinte questionamento:

O Brasil tem ou não um sistema de ensino? Quando se faz referência a um sistema de ensino, a tendência é considerá-lo o conjunto das escolas das redes; nesse caso, fala-se de sistema de ensino estadual, municipal e federal. Sistema, então, seria o conjunto de escolas sob a responsabilidade do município ou do estado, por exemplo. O significado de sistema extrapola, porém, o conjunto de escolas e o órgão administrador que as comanda (LIBÂNEO, 2012, p. 177)

É importante destacar que a União é a responsável por manter as instituições de ensino pertencentes ao sistema federal constituídos pelas modalidades de ensino: Médio, Técnico e Superior. Desse modo, a União é tida como a principal organizadora, além de financiar as denominadas Instituições Públicas Federais, tem sob sua jurisdição a garantia da qualidade na disposição de oportunidades educativas, bem como ofertar assistência técnica e financeira aos estados e municípios da Federação (BRASIL, 1996).

Sob a égide da União, encontram-se as Universidades Federais; as instituições isoladas de ensino superior; os Institutos Federais de Ensino; escolas agrotécnicas. Aliadas às tais instituições, encontram-se também as escolas de ensino fundamental e médio que sejam coligadas às universidades (denominadas também de escolas\colégios de aplicação) e, finalmente, as escolas de educação especial. Pertencentes ao sistema de ensino federal encontram-se as escolas de ensino militar, embora estas sejam regidas por leis específicas.

Assim sendo, os Colégios Militares compõem o SCMB e possuem a prerrogativa de ofertar o ensino fundamental e médio. Além da oferta de tais modalidades, os Colégios Militares são responsáveis pela preparação de cadetes e oficiais militares do Exército, Marinha e Aeronáutica. Do mesmo modo, tais instituições se preocupam em ofertar o ensino médio mediante uma diversidade de cursos semiprofissionalizantes.

De acordo com Martins (2014), as academias militares criadas com a função de formar o quadro de oficiais das Forças Armadas ofertam o ensino em nível superior. No Brasil, são citadas a Academia Militar das Agulhas Negras, Escola Naval e a AFA (Academia da Força Aérea)

2.2 A COMPOSIÇÃO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: UM RECORTE HISTÓRICO

De acordo com os referenciais teóricos pesquisados, a história dos Colégios Militares no Brasil remonta ao Império, quando da chegada da Família Real. Quando se trata da construção de um arcabouço teórico acerca desta temática, é possível compreender que os primeiros colégios militares propunham a superação de algumas problemáticas, dentre estas, as barreiras que naturalmente eram erguidas, sobretudo quando se tratava de militares e civis.

Segundo Leal (2013, p. 01) “A preocupação na formação intelectual do aluno vem acompanhada de um interesse em formar um determinado indivíduo para uma determinada sociedade.” Para tanto, destaca-se que uma das funções previstas para os colégios de educação militar, encontra-se em ofertar o preparo de seus alunos, não apenas para a carreira militar, mas sobretudo, para o exercício da cidadania de forma plena, na execução de uma gama de profissões e, do mesmo modo, das mais diversas cátedras públicas civis.

Um outro fato a chamar a atenção na presente pesquisa encontra-se no contexto histórico dos colégios militares no Brasil. De acordo com os autores pesquisados, dentre estes Lopes (2012), na instalação da educação militar é possível identificar algumas fases, sendo que a primeira se localiza antes mesmo da vinda da Família Real para o Brasil. Embora o ensino fosse considerado precário e até certo ponto, pautado no imprevisto, havia nesse contexto o reconhecimento da necessidade de instruir os militares para que pudessem fortalecer o Exército. Posteriormente, com a vinda da Família Real, em 1808, também foi peremptório o replanejamento e reestruturação do Exército, uma vez que os acontecimentos históricos passaram a demandar uma força militar que se tornasse efetivamente mais profissional.

Os eventos históricos que pontuaram o ano de 1808 e os anos posteriores marcaram a criação da Real Academia, cujos cursos se voltavam para a formação de militares e de engenheiros.

Tal recorte denota que a gênese do ensino militar em terras brasileiras é bem antiga e se volta para o limiar do século XVIII. De acordo com Martins (2010), as primeiras amostragens de um ensino com características militares datam de 1698. As lições voltadas para os contestáveis e artilheiros do Rio de Janeiro, acerca do uso e manejo da artilharia marcam as características de tais instruções. Ainda segundo o mencionado autor, tais lições possuíam seu ordenamento na Carta Régia de 22 outubro de 1699, em atendimento a uma exigência do próprio Rei.

[...] e ser conveniente a meu serviço haver Mestre que lhes dê lição por estarem comendo os seus soldos com pouco préstimo no seu ofício. E pareceu-me, dizer-vos que quando o Engenheiro que eu nomear em lugar de Gregório

Gomes, não tenha a ciência que convém do uso e manejo da arma para o ensinar, neste caso se tratará de prover outrem no posto de Capitão da Artilharia desta Praça, e por ora esta doutrina a pode dar na Cadeia o Engenheiro onde é mais fácil recebê-la os que quiserem aprendê-la do que ir o mesmo Engenheiro às fortificações para cuja diligência o mando desembaraçar na prisão em que está (MARTINS, 2010, p. 9).

Ainda que houvesse uma intencionalidade definida (a de treinar o soldado), o ensino militar no período destacado é considerado como sendo precário, uma vez que não havia uma objetividade nas aulas, que por sua vez eram marcadas por um processo descentralizado que terminava por não representar as reais necessidades do Exército de então. Segundo Luchetti (2013),

O primeiro núcleo de formação de ensino militar no Brasil foi o *Curso Prático de Fortificação* instalado em 1699 na cidade do Rio de Janeiro. Sua finalidade era a preparação de um pequeno número de portugueses, ou de seus descendentes, para dirigir a construção de fortificações na costa litorânea de modo que estas facilitassem a ação defensiva portuguesa contra as investidas de ataques estrangeiros (LUCHETTI, 2013, p. 64).

É importante destacar que as iniciativas educacionais voltadas para a implantação dos primeiros colégios militares no Brasil, possuíam como objetivo principal o treinamento e a instrução para que a defesa da costa pudesse ser resguardada.

O ensino militar teve sua gênese a partir das aulas que eram ministradas na cadeia do Rio de Janeiro. De acordo com os autores pesquisados, tais lições eram ministradas pelo Capitão-Engenheiro Gregório Gomes, em cumprimento às ordens do Rei de Portugal. Tais ordens são consideradas como o primeiro passo para a efetivação do ensino militar no Brasil, claro que não nos moldes que se tem na atualidade, mas ainda parecido nos critérios de avaliação, bem como no processo de admissão.

A nova fase da educação militar se inicia a partir de 1808 com a chegada da Família Real. Para Luchetti (2013)

A necessidade de um Exército minimamente eficiente para suprir as demandas de segurança da família Real, fez com que D.João VI determinasse que o Exército passasse por uma reestruturação, o que implicava, diretamente, numa reforma no modo de instruir os militares da Corte (LUCHETTI, 2013, p. 66).

Continuando o recorte temporal que marca a linha do tempo da instalação dos colégios militares no Brasil, observa-se que em 1792, o Conde de Resende instala no Rio de Janeiro a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, sendo considerada a primeira Escola Militar das Américas. “[...] o Exército, na concepção moderna da palavra, é um acontecimento do século XIX, que no Brasil começa a ser efetivamente pensado a partir da

chegada da família Real” (TAVARES, 2008, p. 50).

Destaca-se que o modelo de ensino adotado na Real Academia Militar se apresenta como uma cópia do que era utilizado na França. Como os pressupostos de ensino da França eram considerados os mais avançados e recebiam constantes atualizações, o modelo adotado no Brasil também passou a ser considerado como essencial “[...] para elevar o nível da cultura de seus homens, dando-lhes acesso às ideias novas, que era privilégio e monopólio exclusivo (sic) dos colonizadores ou de poucos brasileiros premiados com o curso em Coimbra” (TAVARES, *apud* LUCHETTI, 2013, p. 68).

A instalação da Real Academia Militar não serviu apenas para elevar o nível cultural, mas atendeu também à prerrogativa de, aos poucos, se substituir os oficiais portugueses por brasileiros, sobretudo nas atividades de comando. Entretanto, ao longo da história, a Real Academia Militar foi recebendo diversas denominações que coadunavam com as finalidades e objetivos.

Em 1822, proclamada a Independência, a Academia passou a ser designada de Imperial Academia Militar; em 1832, de Academia Militar de Marinha, quando nela se incorporou a Academia Imperial da Marinha (1832), e em 1838 de Escola Militar, quando da separação definitiva entre a Marinha e o Exército (LUCHETTI, 2013, p. 70).

Nesse mesmo contexto, Tavares (2012) reforça que a denominada Carta de Lei, datada de 4 de dezembro de 1819, trouxe à tona as reais intenções dos criadores da Real Academia Militar, reforçando a ideia de se criar um contingente no qual o padrão de profissionalismo se equiparasse aos Exércitos das grandes nações do continente europeu.

Na carta caberia à junta militar da Academia o dever de propiciar as condições necessárias para levar os alunos “[...] ao maior grau de perfeição [...] a fim de que ali se formassem oficiais completamente habilitados [...] na arte da guerra e que nada nos exercícios possam encontrar que lhe sejam novos [...]” (MOTTA *apud* TAVARES, 2008, p. 51).

Destarte, o ensino preconizado pela Academia Militar estabeleceu suas bases na intencionalidade de ser mais do que apenas o ensino de como se pegar em armas, mas voltado para a formação do aluno de uma maneira mais completa e complexa. Desse modo, seria ofertado, de acordo com Tavares (2008)

[...] um curso completo das ciências matemáticas, de ciências de observações, quaes (sic) a física, química, a mineralogia, metalúrgica e história natural, que compreenderá o reino vegetal e animal, e das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação, e artilharia, na forma que mando especificar; havendo uma Inspeção Geral que pertencerá ao Ministro e Secretário de Estado de Guerra, e imediatamente debaixo de suas ordens, à

junta Militar que mando crear (sic) para dirigir o mesmo estabelecimento, que sou servido ordenar na forma dos seguintes estatutos [...] (TAVARES, 2008, p. 61).

O mesmo autor reforça que a Academia Militar possuía dois objetivos que apareciam bem definidos, sendo o de erigir oficiais de infantaria e de cavalaria, bem como o de formar oficiais, tanto de artilharia quanto engenheiros, para que pudessem auxiliar na construção de portos, estradas e pontes.

No Brasil, com o fim do Império e início da República, uma parcela da oficialidade do Exército era formada na Escola Militar da Capital Federal (1889 –1898), local que continuava a ser um centro militar de estudos de matemática, de ciências físicas e naturais, desde 1858, com a criação da Escola Central, local em que se ministrava um ensino basicamente científico, deixando o ensino militar profissional em segundo plano. A Escola Militar da Capital Federal foi substituída pela Escola Militar do Brasil (1898 – 1905), que manteve as mesmas características de suas antecessoras (RODRIGUES, 2013, p. 59).

Embora a maioria dos autores pesquisados reforcem o quão importante foi a criação da Real Academia, outros salientam que as dificuldades seguiram a mesma medida. “[...] falta de professores, de livros, reprovações significativas, número reduzido de formandos e o crescente sentimento da sua inadequada prática pedagógica pelo teorismo exagerado e pela pouca atividade prática-militar.” (LUCHETTI, 2013, p. 67).

Tais dificuldades foram se acumulando a ponto de se chegar à extinção da Real Academia Militar, dada pelo Decreto 2.116, datado de março de 1858. Em seu lugar é criada a Escola Central do Exército, que, de acordo com Motta (1998) teve como ponto central a formação de militares e engenheiros:

Em 1858, em substituição à Academia Real Militar, foi criada pelo decreto número 2.116, de 1º de março de 1858, a Escola Central do Exército que, além de atender à dupla formação, de militares e de engenheiros, passou a funcionar em dois prédios diferentes: na Praia Vermelha, com a formação de oficiais, e no Largo de São Francisco, o centro de formação de engenheiros civis, o único do período. Numa as matemáticas, as ciências físicas, o estudo da Engenharia; noutra o regime militar rigoroso, a ordem unida, o acampamento, o manejo das armas, a prática do tiro (MOTTA, 1998, p. 113).

Luchetti (2013) reforça, ainda que a divisão da Escola Central do Exército atendeu apenas em parte o que havia sido proposto em sua criação, uma vez que, de acordo com o autor:

[...] essa divisão da Escola Central do Exército, proporcionou uma dicotomia na forma de ensino do Exército. Enquanto uma parte, a da Praia Vermelha, primava mais pela operacionalidade da tropa, a Escola do Largo de São Francisco, visava uma formação mais técnica e científica, ficando assim bem delimitados os objetivos da nova escola (LUCHETTI, 2013, p. 78)

No mesmo período em que a Escola Central do Exército foi criada, dois cursos preparatórios também foram criados com a finalidade de preparar os futuros integrantes das escolas militares. O primeiro curso data de 1858 tendo sido ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Guerra, tendo a duração de um ano. “As disciplinas ministradas eram o Latim, história, geografia, aritmética, álgebra, geometria e metrologia. Já em 1863, foi criada a Escola Preparatória de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com os mesmos objetivos” (LUCHETTI, 2013, p. 67)

O mesmo autor destaca que os preparatórios podem ser vistos como o evento marcante, sobretudo quando se trata da gênese do ensino secundário no contexto militar, sendo que estes visavam cumprir com dois objetivos; o preparo indiscutível do aluno para que pudesse seguir nas escolas de formação, e o outro, garantir que os filhos dos militares pudessem ser amparados pelo Estado quando necessitassem da educação em nível secundário.

Desde então, aos poucos, foi sedimentada a ideia de que ao Exército competia, também, cuidar do ensino secundário, ou de “humanidades”. A princípio, o problema era visto sob o ângulo da necessidade de assegurar, aos alunos matriculados na Escola, preparo capaz de lhes permitir enfrentar os estudos superiores, de matemáticas e ciência. Depois, outro aspecto foi se juntando a esse: o dever do Estado de prover a educação secundária dos filhos dos militares. Os dois ângulos se somando acabaram por impor uma política educacional uniforme e permanente, já agora secular. Se há uma tradição, na vida do Exército Brasileiro, é esta de ser, também, uma agência realizadora do ensino médio, pois que aquela política, vinda de 1858, acabou por se fazer realidade incontestável, acima dos partidos, dos regimes políticos, das gerações que vão mudando e contra ela nada podem. São seus passos, ou marcos crescentes: o ‘ano preparatório’, o ‘curso preparatório’, ‘a escola preparatória’ e o ‘colégio militar’ (MOTTA apud LUCHETTI, 2013, p. 72)

O primeiro Colégio Militar do Brasil, que atualmente é mais conhecido como Colégio Militar do Rio de Janeiro, foi criado em 1898 e passa a fazer parte do SCMB.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os múltiplos objetivos que justificam a existência dos Colégios Militares, o fato de se assemelhar, ou até mesmo serem considerados como extensão das Forças Armadas fez com que estes ganhassem um sem número de simpatizantes, solicitantes de sua implantação em todas as regiões do país.

A existência dos colégios militares faz jus a uma falência dos valores familiares e de um modelo no qual a família não consegue mais se impor enquanto primeira formadora de cidadãos e imputa ao sistema educacional a obrigatoriedade de educar, se sobrepujando aos

princípios do ensinar. Analisando os dados obtidos na pesquisa sobre os Colégios Militares do Brasil, observa-se que para a escola comum essa existência é vista, tanto de forma negativa, quanto positiva. Positiva porque representa a imposição de disciplina e valores que auxiliam muito o professor em sala de aula, sobretudo quando se trata do respeito à hierarquia. Negativa porque também revela a falência do sistema educacional que não consegue tratar da forma devida os pequenos entraves à aprendizagem.

Os autores pesquisados reforçam a ideia dos colégios militares como parte integrante das forças armadas, mas sendo diferenciais no tocante à formação para a cidadania. Embora os colégios militares atuais tenham um processo seletivo para a admissão dos alunos, observa-se que há uma perspectiva social nesse contexto. Em algumas instituições, o fato de pertencer ao Sistema Colégio Militar faz com que os indivíduos passem a enxergar outras possibilidades de ascensão ou inserção no mercado de trabalho que outras escolas não conseguem promover.

Embora receba inúmeras críticas devido à forma com que a disciplina e a hierarquia são impostas, assim como o modo de premiação dos melhores, pois considera-se que isso denota influência negativa sobre aqueles que já são excluídos da sociedade, os autores que dissertam sobre a importância dos colégios militares reforçam que imposição disciplinar deve ser vista como uma necessidade primordial para que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Em relação à formação cidadã, os dados pesquisados apontam para o efetivo sucesso já no início do ano letivo dos colégios militares. Desde o primeiro dia de aula os alunos aprendem que o respeito pelo outro e pela pátria deve ser mantido em todos os momentos. Os alunos são tratados como pertencentes ao contingente e a aula é vista como uma operação militar na qual a tropa necessita demonstrar hábitos de obediência bem compreendidos.

Dentre os autores pesquisados é comum o discurso de que a boa conduta e a disciplina são aspectos importantes para a formação cidadã. Por outro lado, o aluno passa a ser visto como parte de um corpo que precisa se movimentar em sintonia. Quando uma parte desse “corpo” deixa de corresponder à necessidade, ela é extirpada. Não há individualidade no colégio militar, tudo é pensado e realizado em nome de uma coletividade obediente e respeitosa.

Outro aspecto a ser destacado nesta análise encontra-se na incessante busca pelo bom desempenho acadêmico. Por tal perspectiva é que em algumas cidades uma vaga em um colégio militar representa a garantia de um trabalho executado no limiar da perfeição. Prova disso é que uma considerável quantidade de ingressantes em renomados cursos universitários são oriundos de colégios militares. Estes, por sua vez, possuem uma boa estrutura que é ofertada aos alunos. Porém há uma grande concordância crítica no que diz respeito, não ao acesso, mas

à permanência dos alunos oriundos das classes populares, uma vez que o ensino militar mantém características de funcionamento voltados para a elite. Desse modo, é comum que alunos vindos de escolas particulares busquem nos colégios militares a garantia e o embasamento para o acesso ao ensino superior.

Analisando mais profundamente os dados coletados, observa-se que o bom desempenho dos alunos matriculados em colégios militares se deve ao preparo de seus professores. Conquanto seja discorrido que o colégio militar vem na contramão de um sistema de ensino público falido, incapaz de atender às necessidades da população, os profissionais são bem capacitados. Em alguns colégios, o corpo docente é formado por doutores e mestres, isso observado em pelo menos 40% deste. Os demais profissionais possuem pelo menos uma especialização na área de formação. Destaca-se que nos outros sistemas de ensino público, existem profissionais que sequer concluíram a graduação, o que, sem dúvida acaba comprometendo a qualidade do ensino ofertado.

Por outro lado, enquanto os professores dos colégios militares trabalham pelo regime de dedicação exclusiva, o que faz com que os salários sejam bem melhores, os profissionais da rede pública regular não possuem plano de carreira que seja capaz de valorizar ou pelo menos manter uma carga horária que privilegie a qualidade no ensino.

De modo geral, os dados pesquisados apontam para uma positividade no que diz respeito à expansão dos colégios militares no Brasil. Isso porque na atualidade vivencia-se uma realidade na qual os grupos sociais não conseguem educar os indivíduos para viver em sociedade.

4-CONCLUSÃO

Na realização do presente estudo foi possível concluir que os Colégios Militares no Brasil tiveram e ainda têm concedido inúmeras contribuições para a formação da cidadania, principalmente quando se considera que o sistema de ensino público do país não consegue atender a todas as demandas que incluem formação de valores e construção do caráter, como é possibilitado no contexto do Colégio Militar.

Embora existam diversas críticas sobre o modelo que dá ênfase à rigidez militar, na construção teórica da pesquisa foi possível observar que os autores pesquisados denotam a grande importância que esse tipo de ensino traz para a educação pública, tornando-se uma oportunidade viável de acesso à profissionalização, oportunidade que grande parte da população ainda não possui.

Claro que tal sistema de ensino possui algumas fragilidades, mas essas não são

empecilhos para as boas políticas de valorização profissional, o que faz com que os professores se dediquem mais às suas atividades educacionais. Do mesmo modo, observou-se que em algumas regiões, os colégios militares trouxeram novas perspectivas, positivas, para os jovens, principalmente os dos locais onde a criminalidade se sobrepõe e é imposta como forma de sair da pobreza. Nesse aspecto, os colégios militares servem como ponte para a cidadania.

Concluindo, é possível confirmar que os objetivos do estudo foram alcançados, comprovando que os Colégios Militares contribuem para que jovens recebam oportunidades de crescimento pessoal e profissional, além de receber uma educação pautada em valores sociais e morais, uma necessidade tão evidenciada na realidade do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. LDB 9394/96. Brasília: MEC/SEED, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: Um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LEAL, Fabiana Maria. **“Por Trás dos Portões”**: a disciplina no Colégio Militar de Curitiba (1959-1964). Revista de Monografias de História. Curitiba, n. 3, p. 01-40, 2013. Disponível em: <<http://www.utp.edu.br/revista-eletronica-do-curso-dehistoria/>>. Acesso em: 5 de maio. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação, Pedagogia e Didática**. São Paulo: Ed Cortez, 2012.

LOPES, Carlos de Almeida. **Sistema de Ensino Colégio Militar no Brasil: percurso histórico**. São Paulo: Editora Independente, 2012.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O ensino no exército brasileiro: histórico, quadro atual e reforma**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1989.

MARTINS, Graça. **Por uma educação sem exclusão**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército: currículos e regimes da academia militar 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://www.uerj.repositorio.com.br>. > Acesso em: 5 de maio de 2018.

TAVARES, Kleber da Silva. **A ética Castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. Disponível em <<http://www.bibliotecauniversidadefederal.com.br>> Acesso em: 5 de maio de 2018.